

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROF. ARMANDO JOSÉ
FARINAZZO
CENTRO PAULA SOUZA

Gustavo Gomes Rodrigues
João Pedro Peres Floriano
Julia Feletto Cassinoni
Julya Merici de Oliveira
Lorena Canno Sonsine

A DISSOCIAÇÃO DE FINANÇAS EMPRESARIAIS E PESSOAIS
EM MICROEMPRESAS

FERNANDÓPOLIS
2024

A DISSOCIAÇÃO DE FINANÇAS EMPRESARIAIS E PESSOAIS EM MICROEMPRESAS

Gustavo Gomes Rodrigues
João Pedro Peres Floriano
Julia Feletto Cassinoni
Julya Merici de Oliveira
Lorena Canno Sonsine

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar os impactos negativos decorrentes da falta de organização nas finanças corporativas e da mistura entre as finanças pessoais e empresariais em microempresas. A pesquisa aborda como essa prática pode gerar consequências adversas para a saúde financeira do negócio, como dificuldades no controle de fluxo de caixa, problemas na apuração do lucro e no cumprimento de obrigações fiscais. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa com entrevistas semiestruturadas entre empresários e contadores de duas microempresas, utilizando as mesmas questões para possibilitar a comparação das respostas. Através da análise dos dados coletados, foram identificados os principais desafios enfrentados por essas empresas, bem como as estratégias e métodos recomendados para a correta dissociação das finanças pessoais das empresariais. O estudo aponta ainda formas eficientes de organização financeira, como o uso de sistemas contábeis específicos, a implementação de um planejamento financeiro rigoroso e a orientação contínua do contador. Com base nos resultados da pesquisa, o trabalho sugere práticas que contribuem para a sustentabilidade financeira das microempresas e para a tomada de decisões mais informadas, visando o crescimento e a longevidade dos negócios.

Palavras – chave: Dissociação de finanças, Finanças, Organização financeira.

ABSTRACT: This work aims to analyze the negative impacts resulting from the lack of organization in corporate finances and the mix between personal and business finances in micro-enterprises. The research addresses how this practice can generate adverse consequences for the financial health of the business, such as difficulties in controlling cash flow, problems in calculating profits and complying with tax obligations. To this end, qualitative research was carried out with semi-structured interviews between businesspeople and accountants from two micro-enterprises, using the same questions to enable comparison of responses. Through the analysis of the data collected, the main challenges faced by these companies were identified, as well as the strategies and methods recommended for the correct dissociation of personal and business

finances. The study also points out efficient forms of financial organization, such as the use of specific accounting systems, the implementation of rigorous financial planning and continuous guidance from the accountant. Based on the research results, the work suggests practices that contribute to the financial sustainability of micro-enterprises and to making more informed decisions, aiming for business growth and longevity.

Keywords: Decoupling of finances, Finance, Financial organization.

1. INTRODUÇÃO

Com a expansão da globalização e a disponibilidade facilitada de tecnologia, novas oportunidades comerciais começaram a emergir. Indivíduos que iniciam novas empresas frequentemente buscam diversas finalidades, como maior liberdade e flexibilidade, ou o controle financeiro de seu próprio destino. Nesse contexto, esses empreendedores frequentemente administram simultaneamente suas finanças pessoais e empresariais. No entanto, essa combinação apresenta desafios significativos que requerem uma gestão responsável para garantir o sucesso do empreendimento.

Segundo uma matéria publicada pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) em novembro de 2020, o empreendedorismo no Brasil teve um aumento considerável nos últimos anos, refletindo a busca por adaptação em um cenário econômico em constante mudança. À medida que esses empreendedores enfrentam a complexidade de gerir seus negócios, eles frequentemente lidam com questões que vão desde a busca por financiamento inicial até o gerenciamento do fluxo de caixa e o planejamento da aposentadoria.

Contudo, a combinação inadequada das finanças pessoais e empresariais pode resultar em problemas significativos. Questões como a separação de contas, elaboração de orçamentos adequados, planejamento tributário e responsabilidade financeira pessoal podem gerar preocupação e confusão. Além disso, a falta de organização entre as finanças pessoais e

empresariais pode levar a uma situação financeira adversa, com a possibilidade de perda dos ativos pessoais em caso de falência empresarial.

Diante desse contexto, torna-se fundamental discutir a importância de uma gestão financeira bem estruturada. Este trabalho busca evidenciar a necessidade de uma clara distinção entre finanças pessoais e empresariais, enfatizando que a ausência dessa separação pode comprometer a administração do negócio, impactando negativamente tanto as finanças pessoais quanto as da empresa. Assim, o objetivo deste estudo é oferecer uma análise detalhada das questões pertinentes e apresentar estratégias eficazes e seguras para quem busca aprimorar sua gestão financeira.

De acordo com a Resolução número 750/93, do Conselho Federal de Contabilidade, no que se refere ao Princípio de Entidade, “[...] o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição” (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2008, p. 12). Não obstante, é constatado que muitas empresas não seguem de maneira precisa esse princípio e, por consequência, podem ser afetadas no setor financeiro e tributário, podendo causar uma adversidade na continuidade dos negócios ou até mesmo fomentar um processo de falência.

À vista disso, é dever da contabilidade realizar um papel considerável na consultoria dos negócios, fazendo com que haja uma gestão efetiva e fundamentada em todos os setores da empresa, principalmente no financeiro. Sendo assim, compete ao ramo contábil verificar a separação das finanças e descobrir se há conhecimento por parte dos empreendedores em relação às consequências dessa prática para a administração do estabelecimento, dessa forma, tornando possível a análise da importância atribuída à gestão e à educação financeira para o sucesso empresarial.

Em suma, o trabalho visa contribuir com as próprias empresas envolvidas na presente pesquisa, para que possam ter acesso aos esclarecimentos da prática e, conseqüentemente, causando o estímulo do desenvolvimento e crescimento corporativo com segurança.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 PESSOA FÍSICA X PESSOA JURÍDICA

No campo do Direito Civil, há duas classes de indivíduos que fazem parte do sistema jurídico, a pessoa física (PF) e a pessoa jurídica (PJ). A personalidade da pessoa física se inicia com o nascimento e se extingue com a morte, o que implica que todos os indivíduos são percebidos através dos sentidos e estão sujeitos às leis físicas. Em contrapartida, a personalidade da pessoa jurídica se origina da reunião de bens ou pessoas, conforme estabelecido pela legislação, abordando também direitos e obrigações específicas que devem ser cumpridas.

Dessa forma, observa-se que a principal diferença entre pessoa física e pessoa jurídica reside nas responsabilidades definidas por lei, já que, enquanto a pessoa física possui responsabilidades diretamente vinculadas à sua condição de ser humano, a pessoa jurídica é regida por normas que a conferem uma identidade legal própria.

2.1.1 Pessoa Física

A pessoa natural, ou pessoa física, é reconhecida a partir do nascimento de cada indivíduo, estabelecendo que todos os cidadãos estão sujeitos a um conjunto de direitos e obrigações. Isso significa que, desde o momento do nascimento, cada ser humano é dotado de prerrogativas legais que lhe permitem participar ativamente nas relações sociais, econômicas e jurídicas. Além disso, essa personalidade jurídica também impõe responsabilidades, contribuindo para o equilíbrio nas interações humanas e na convivência social.

Nesse contexto, conforme indicado pelo JusBrasil (2022):

A pessoa física, ou pessoa natural, é um sujeito dotado de direitos e obrigações a partir do seu nascimento, conforme estipulado no artigo 2º do Código Civil. Assim, todo ser humano é designado como pessoa natural, sendo considerado um sujeito de direito.

Assim, os indivíduos comuns são aqueles que o Estado reconhece como cidadãos, principalmente por meio de documentos oficiais como o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou a certidão de nascimento. Esses instrumentos não apenas legitimam a identidade da pessoa, mas também asseguram o reconhecimento de seus direitos civis, permitindo-lhes usufruir das garantias e proteções oferecidas pela legislação.

Em resumo, a pessoa natural não é apenas um conceito jurídico, mas uma base fundamental para a estrutura social, na medida em que garante a cada indivíduo um conjunto de direitos e deveres que favorecem a convivência harmoniosa e a justiça social.

2.1.2 Pessoa Jurídica

Já a pessoa jurídica pode ser formada por um grupo de pessoas ou por um conjunto de bens. Essa condição promove a ela uma existência legal diversa, separada de seus membros ou proprietários. Sua principal característica é a possibilidade de adquirir direitos e assumir obrigações de forma independente, sem que suas ações sejam diretamente vinculadas aos seus integrantes. Desse modo conforme Mazzafera (2007, p. 68), “A empresa transforma-se em um outro ser diferente, portanto dos componentes da sociedade, possuindo patrimônio e decisões próprias; dir-se-ia que se trata de um novo ser vivente que reconhece nascimento, vida e morte”.

Em vista disso, as pessoas jurídicas podem ser classificadas em três categorias distintas: nacionalidade, estrutura interna e função. No que diz respeito à nacionalidade, as pessoas jurídicas podem ser classificadas como "nacionais", quando estão organizadas de acordo com a legislação brasileira e possuem sede no país, ou como "estrangeiras", que não têm autonomia para se estabelecer no Brasil sem autorização do Poder Executivo, devendo, portanto, transferir sua sede para o território nacional para se tornarem nacionais. Por fim, em relação à função, podemos distinguir entre as pessoas de "direito privado", que incluem entidades de direito público externo, como países estrangeiros e

organizações internacionais, e de direito público interno, que abrange a União Federal, os Estados, os Municípios, as Autarquias e outras entidades de caráter público. As entidades de direito privado incluem sociedades simples e empresariais, associações, organizações religiosas, partidos políticos e empresas limitadas.

Portanto, a extinção da personalidade jurídica acontece quando há a extinção da organização resultante da separação dos componentes humanos e materiais que a integravam.

2. 2 TIPOS DE EMPRESA

O correto entendimento dos diferentes tipos de empresas é essencial para tratar da dissociação entre finanças empresariais e pessoais. Cada categoria possui suas particularidades jurídicas e tributárias, o que impacta diretamente a forma como o empresário gerencia seus recursos. Por isso, é imprescindível conhecer as necessidades e especificidades de cada organização, garantindo uma administração adequada.

As empresas podem ser classificadas em setores, como o setor primário, também conhecido como extrativista, que se baseia na exploração direta de recursos naturais; o setor secundário, ou industrial, que transforma matérias-primas; e o setor terciário, de serviços, onde a principal força de trabalho está no desempenho físico ou intelectual dos indivíduos.

Além disso, as empresas são divididas por porte, em quatro categorias: pequeno, médio, médio-grande e grande porte. De acordo com o SEBRAE, empresas de pequeno porte “São as empresas que faturam entre R\$ 360.000,00 e R\$ 4,8 milhões anuais”. As empresas de médio porte têm faturamento entre R\$ 16 milhões e R\$ 90 milhões por ano, enquanto as médias-grandes faturam entre R\$ 90 milhões e R\$ 300 milhões anuais. Já as empresas de grande porte são aquelas com faturamento superior a R\$ 300 milhões por ano.

Diante do exposto, é essencial compreender os diferentes tipos de empresas para garantir uma gestão financeira adequada, especialmente no que tange à distinção entre finanças pessoais e empresariais. O conhecimento e a aplicação das práticas mencionadas anteriormente não apenas promovem uma gestão eficiente, mas também asseguram o cumprimento das obrigações fiscais, o que fortalece a posição financeira da empresa e contribui para sua estabilidade e sustentabilidade no mercado.

2.2.1 Microempresas

De acordo com a Lei Complementar nº 123/2006, microempresas (MEs) são organizações classificadas pelo seu porte, que atuam como pessoas jurídicas e possuem CNPJ. Elas oferecem vantagens em relação a outras empresas, como menos burocracia, acesso facilitado ao mercado de trabalho e benefícios no setor público. Entretanto, para se enquadrar nessa forma de organização empresarial, a instituição deve ter uma renda bruta anual de, no máximo, R\$ 360 mil e pode contar com até 9 funcionários no setor de comércio e serviços, ou até 19 empregados no setor industrial.

Uma microempresa pode ser classificada como individual, com apenas um proprietário, ou como uma sociedade, formada por duas ou mais pessoas. Essas categorias se subdividem em quatro tipos principais, cada um com características específicas e regulamentações.

A Sociedade Simples é composta por profissionais que prestam serviços de natureza pessoal, como advogados, dentistas e médicos. Esse modelo é ideal para aqueles que desejam trabalhar em conjunto, compartilhando responsabilidades e recursos, mas mantendo a natureza do serviço prestado em um ambiente mais informal.

A Sociedade Empresária Limitada (LTDA) é uma estrutura comum entre microempresas com sócios. Nesse modelo, a responsabilidade de cada sócio é limitada ao capital investido, o que protege seus bens pessoais em caso

de dívidas da empresa. Essa organização permite uma divisão clara de responsabilidades e a incorporação de diversas habilidades e investimentos no negócio.

A EIRELI (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada) foi uma modalidade jurídica criada no Brasil que permitia a constituição de uma empresa com um único sócio, limitando a responsabilidade deste ao capital social da empresa. Todavia, a partir de 2021, novas EIRELIs não puderam ser constituídas, e as existentes puderam ser convertidas em Sociedade Limitada Unipessoal, modalidade que permite uma única pessoa constituir certa empresa com responsabilidade limitada ao capital social, mantendo a proteção patrimonial do sócio, semelhante à EIRELI.

Por fim, o Empresário Individual é uma modalidade que não exige a presença de um sócio e não impõe a necessidade de um capital social elevado. Essa opção é atraente para empreendedores que desejam iniciar um negócio de forma mais simples e com menos burocracia, mas que ainda desejam ter a responsabilidade limitada em relação às obrigações da empresa.

2.2.2 Desafios financeiros enfrentados por microempresas

As microempresas desempenham um papel fundamental no cenário socioeconômico do país, sendo potenciais geradoras de emprego e grandes responsáveis pela movimentação econômica de uma nação. No entanto, enfrentam desafios financeiros recorrentes que comprometem tanto o seu desenvolvimento quanto a obtenção de resultados satisfatórios.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo SEBRAE, foi constatado que, das empresas abertas em 2002, 49,9% haviam fechado até 2004. Os empresários envolvidos atribuíram esse declínio a vários fatores, entre os quais se destaca a escassez de capital de giro, resultado do descontrole no fluxo de caixa. Em geral, pequenos empreendedores, em muitos casos, possuem apenas o capital inicial, que geralmente é fruto de anos de poupança,

o que significa que não dispõem de reservas financeiras para lidar com despesas operacionais e emergenciais.

Outro fator relevante foi a falta de controle sobre as entradas e saídas financeiras, o que torna a gestão do fluxo de caixa um tanto quanto deficiente. Segundo Resnik (1990, p. 170), “A administração de caixa é uma condição decisiva para a sobrevivência e o sucesso de uma pequena empresa”. Essa lacuna na administração pode levar os empresários a dependerem de suas finanças pessoais ou desenvolverem o hábito de recorrer a essas finanças como uma solução de emergência. Uma vez que, o fluxo de caixa é um dos instrumentos mais relevantes dentro de uma empresa e principalmente dentro de microempresas, sendo importantes para o planejamento, tomada de decisões e controle financeiro.

Em seguida, mais um aspecto de suma importância é a falta de planejamento orçamentário, impedindo que a microempresa se desenvolva e assim produza algum resultado. De acordo com, Casali e Treter (2015, p. 2) “o controle por meio da gestão financeira, é fundamental para a sobrevivência, num cenário de frequentes e significativas mudanças na economia”. Essa organização financeira, busca antecipar resultados que deverão ser alcançados em determinado período, estabelecendo diretrizes de mudança e crescimento dentro da própria empresa. Existindo assim dois tipos de planejamento na área financeira: orçamento de capital e a organização financeira referente as operações previstas dentro da organização. Isso implica diretamente as microempresas, já que uma falta de previsibilidade pode causar até o fechamento delas.

As empresas também enfrentam sérios desafios na gestão financeira devido ao aumento da inadimplência, que afeta diretamente sua situação monetária. Esse impacto se reflete na dificuldade de realizar novos investimentos no negócio. Portanto, conclui-se que a ausência de controle sobre a inadimplência pode gerar consequências graves para a organização, expondo-a a riscos financeiros constantes, uma vez que se trata de vendas que não resultam em retorno.

Sendo assim, as microempresas enfrentam uma variedade de problemas, desde questões simples até adversidades mais complexas, como o mau gerenciamento e a falta de recursos. Desse modo:

Concluiu-se que os fatores relativos às habilidades gerenciais acabam sendo os mais importantes entre os condicionantes do sucesso empresarial, seguidos da capacidade empreendedora e da logística operacional. ROCHA (2008).

Para solucionar esses problemas, é fundamental que todo gestor, empreendedor ou empresário adote práticas eficazes de planejamento financeiro. Essas práticas são essenciais para superar e prevenir dificuldades, garantindo a saúde financeira e o bem-estar da empresa, independentemente de seu porte ou setor.

3. FINANÇAS

Para uma gestão financeira eficaz em uma empresa, é fundamental compreender o conceito de finanças, que serve de apoio na tomada de decisões. No cenário corporativo atual, esse conhecimento é essencial para o crescimento sustentável da organização, pois contribui para o planejamento, controle e monitoramento dos recursos financeiros. Dessa forma, por meio de uma análise financeira bem estruturada e com a devida consciência sobre a importância das finanças, torna-se possível identificar investimentos que proporcionem retorno a longo prazo, trazendo benefícios financeiros à empresa.

De acordo com o Dicionário Priberam (2008-2021), o termo "finanças" refere-se ao "conjunto de recursos econômicos e financeiros de uma entidade ou de um estado". Esse conceito resume a ideia de que as finanças representam os recursos de uma empresa, evidenciando a importância de sua compreensão para uma gestão empresarial eficaz. O termo abrange todo o conjunto econômico e, por isso, é essencial diferenciar finanças pessoais de finanças empresariais. Esse entendimento auxilia os proprietários a tomarem

decisões estratégicas que impulsionam o progresso e o crescimento da empresa.

3.1 FINANÇAS EMPRESARIAIS

As finanças empresariais, como o próprio nome sugere, referem-se à gestão financeira de uma empresa ou indústria, independentemente de seu porte ou setor de atuação. Essa gestão é fundamental para otimizar o desempenho financeiro do negócio, assegurando que este esteja preparado para cumprir suas obrigações e lidar com imprevistos ao longo do ano. Segundo Padoveze (2012), a contabilidade gerencial oferece informações estratégicas que auxiliam o gestor nas decisões financeiras, possibilitando uma visão precisa do uso dos recursos e das oportunidades para maximizar o lucro e a sustentabilidade do negócio.

Um princípio central desse conceito é o controle das entradas e saídas de recursos, ou seja, o fluxo de caixa da empresa. O monitoramento correto dessa ferramenta permite ao gestor administrar os recursos disponíveis de forma alinhada às necessidades do negócio, garantindo que o fluxo de caixa não apenas cubra as despesas mensais ou anuais, mas também contribua para a geração de lucro e melhor desempenho financeiro. Esse acompanhamento constante é essencial para prever períodos de baixa liquidez e agir preventivamente, evitando interrupções nas operações e mantendo a saúde financeira da empresa (MITTU, s.d.).

Em operações empresariais, o capital de giro desempenha um papel crucial na continuidade de qualquer estabelecimento, pois é ele que sustenta os gastos operacionais. De acordo com o SEBRAE (2015),

A falta de capital de giro é uma das principais causas de falência de microempresas no Brasil, resultado da escassez de recursos para manter o ciclo operacional, comprometendo seu funcionamento.

Portanto, manter um capital de giro adequado é essencial para que uma microempresa se mantenha ativa mesmo em períodos de baixa receita.

Assim, a gestão de riscos empresariais torna-se imprescindível para microempresas de qualquer segmento. Gitman e Zutter (2016) afirmam que “A gestão de riscos envolve a identificação, análise e mitigação de fatores que podem impactar negativamente as finanças da empresa, como oscilações de mercado ou crises econômicas”. Essa prática é especialmente importante para negócios com capacidade limitada de absorver grandes perdas financeiras. O uso de estratégias específicas gera estabilidade e previsibilidade financeira, adequando-se às necessidades de cada empresa, seja no comércio ou na prestação de serviços.

Por fim, a análise financeira diária permite uma avaliação contínua do desempenho do negócio. Indicadores como liquidez e rentabilidade possibilitam o planejamento de curto e longo prazo, fornecendo aos gestores informações precisas e atualizadas para estabelecer metas e alinhar os recursos financeiros aos objetivos da empresa. Conforme destacado por Assaf Neto (2017), “Essa abordagem não apenas facilita a identificação de áreas que precisam de melhorias, mas também contribui para decisões estratégicas que promovam o crescimento sustentável da empresa”.

3.2 FINANÇAS PESSOAIS

As finanças pessoais são um campo de estudo essencial no contexto da ciência contábil, pois envolvem práticas sistemáticas e transmissíveis que auxiliam na gestão das condições financeiras voltadas para o financiamento de bens e serviços, visando atender às necessidades e desejos individuais. Nesse contexto:

As finanças pessoais consistem no manejo do dinheiro, tanto próprio quanto de terceiros, para possibilitar o acesso a mercadorias, além da alocação de recursos físicos (como força de trabalho e ativos

pertencentes ao indivíduo) com o intuito de gerar dinheiro e crédito. (PIRES, 2007)

Portanto, as finanças pessoais têm um objetivo intangível, mas é evidente que, no âmbito empresarial, todas as organizações buscam o lucro. Nesse sentido, a função do administrador financeiro é contribuir para a maximização dos ganhos, visando o benefício de proprietários e acionistas.

No contexto familiar ou individual, o administrador tem a responsabilidade de atender diretamente às necessidades imediatas da família, uma vez que as finanças pessoais devem seguir os mesmos princípios das finanças empresariais. A principal diferença reside no fato de que, em uma família, o orçamento é baseado na soma das rendas dos indivíduos. Quando apenas um membro possui uma fonte de renda, os demais tornam-se dependentes, o que exige uma gestão financeira que contemple as necessidades de todos os envolvidos.

Em relação às microempresas, o conceito de finanças pessoais se aplica de maneira similar. O objetivo principal das finanças pessoais nessas empresas é garantir que as despesas sejam cobertas por recursos provenientes de fontes controláveis. Em uma sociedade fundamentada em trocas e moedas, cada indivíduo deve garantir o acesso a bens essenciais para sua sobrevivência, ao mesmo tempo em que se estabelece a necessidade de gerar receitas por meio da venda de produtos ou serviços, equilibrando os gastos com a remuneração. Como destacado por Pires (2007), os recursos financeiros de uma entidade são utilizados para assegurar a continuidade de suas atividades, sendo o lucro um interesse mútuo, dado que a empresa visa acumular capital.

3.3 A DISSOCIAÇÃO DE FINANÇAS

Em síntese, ao considerar as ideias mencionadas, percebe-se que os conceitos são distintos e devem ser abordados de forma separada, especialmente no que se refere ao patrimônio da empresa. As contas

empresariais devem permanecer sob responsabilidade exclusiva da empresa, sem qualquer vínculo com contas pessoais. Essa separação é essencial para evitar problemas, pois, quando as finanças empresariais e pessoais não são dissociadas, torna-se difícil obter uma visão clara da situação financeira da empresa. Sendo assim,

Quando se evita confundir o dinheiro do negócio com o dinheiro pessoal, é possível manter o planejamento financeiro devidamente estabelecido. Esse princípio é válido tanto para as entradas quanto para as saídas: todos os fluxos financeiros devem ser realizados apenas se estiverem previamente previstos no orçamento (SEBRAE, 2021)

Sem essa distinção, o empresário pode perder o controle sobre o que representa o lucro real do negócio e o que corresponde a retiradas pessoais, além de obter uma visão distorcida do patrimônio, o que pode levar a decisões impulsivas que comprometem o crescimento da organização.

3.4 ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS PARA A DISSOCIAÇÃO DE FINANÇAS

A separação das finanças pessoais e empresariais é um passo crucial para a saúde financeira das empresas, especialmente as de pequeno porte. Essa distinção é fundamental para garantir uma gestão clara e eficaz, prevenindo complicações financeiras.

Nesse contexto, é de extrema importância implementar estratégias eficazes que auxiliem na segmentação das finanças, contribuindo para um maior sucesso financeiro. A adoção de práticas adequadas na administração e a manutenção rigorosa dessa separação podem mitigar desafios financeiros, assegurando uma base sólida para o crescimento do negócio.

Além disso, cada estratégia possui características específicas, uma vez que seu processo de formulação não resulta em ações instantâneas uma determinada estratégia tem inúmeras características específicas, tendo em vista que seu processo de formulação não resulta em qualquer ação instantânea, em vez disso, estabelece vertentes nas quais a situação da empresa crescerá e se

desenvolverá (Alday, 2002). A elaboração de estratégias requer, portanto, um comprometimento com o planejamento a longo prazo, garantindo que as decisões estejam alinhadas aos objetivos gerais da organização.

Por fim, estratégias bem elaboradas potencializam as empresas, trazendo melhorias tanto internas quanto externas. Elas não apenas guiam ações imediatas, mas também fornecem uma visão clara do futuro, facilitando a tomada de decisões estratégicas.

3.4.1 Planejamento Orçamentário

O planejamento orçamentário é uma prática fundamental para empresas de todos os setores, visando a correta gestão das entradas e saídas de recursos, bem como das receitas e despesas. Ele permite um uso mais eficiente dos recursos disponíveis. Assaf Neto (2017) define o orçamento como “O instrumento que traduz o planejamento financeiro em uma linguagem prática, onde os objetivos se tornam quantificáveis e mensuráveis. ” Dessa forma, o responsável pelo negócio, seja ele o proprietário ou o administrador, pode ter uma visão mais clara do futuro, alinhando metas e objetivos à capacidade de produção e geração de renda ao longo de um período definido.

A implementação de um orçamento também facilita o monitoramento do fluxo de caixa. Gitman (2013) enfatiza que um orçamento eficaz permite identificar problemas e obstáculos financeiros antecipadamente, evitando que se tornem maiores e comprometendo a liquidez necessária para sustentar a entidade e seus gastos. Esse planejamento orçamentário ainda possibilita que os gestores se antecipem a períodos de baixa receita, reduzindo a necessidade de recorrer a empréstimos ou a recursos de terceiros.

Para microempresas, que geralmente têm recursos financeiros mais restritos, o planejamento orçamentário torna-se ainda mais crucial. O SEBRAE (2015) observa que “A falta de capital de giro é uma das principais causas de fechamento das micro e pequenas empresas no Brasil, ” evidenciando a importância de uma estrutura orçamentária bem estabelecida para a

continuidade desses empreendimentos. Com um orçamento adequado, empreendedores de pequeno e médio porte podem evitar o uso excessivo de recursos próprios para manter a estabilidade de seus negócios.

Por fim, essa ferramenta permite ao administrador acompanhar continuamente os objetivos traçados, viabilizando ajustes e correções necessários para o alcance das metas. Gitman e Zutter (2016) destacam que o monitoramento regular oferece uma melhor perspectiva sobre as áreas que demandam investimentos e as que exigem maior atenção nos gastos, visando maior eficiência e retorno esperado. Esse acompanhamento também permite projeções mais precisas, baseando-se em uma análise comparativa do passado com o presente e projetando para o futuro da empresa.

Conclui-se, portanto, que ao organizar as finanças de curto e longo prazo, cria-se uma base sólida para a tomada de decisões, que sustenta a atuação de um bom gestor. O planejamento orçamentário somente alcança plena eficácia quando respaldado por uma análise rigorosa dos dados, os quais são gerados a partir do fluxo de caixa – um elemento essencial para a liquidez e estabilidade das microempresas.

3.4.2 Monitoramento e controle do fluxo de caixa

O acompanhamento das entradas e saídas financeiras é uma das práticas mais eficazes e amplamente utilizadas pelos empresários para gerenciar as finanças de um negócio. Segundo Hugentobler e Heidrich (2021, p. 8), “O fluxo de caixa é uma ferramenta indispensável à administração das organizações. Sem ele, é quase impossível ter um controle efetivo dentro da empresa e na vida pessoal.” Essa declaração destaca a importância dessa ferramenta como um mecanismo de controle e planejamento financeiro que permite à empresa monitorar suas finanças de maneira clara e organizada.

Esse método envolve o monitoramento constante dos valores que entram e saem em um período específico, proporcionando uma visão detalhada

da situação financeira da organização. Essa prática é essencial para manter o equilíbrio do balanço patrimonial e para prevenir problemas de liquidez, que podem comprometer a capacidade da empresa de honrar suas obrigações financeiras. Assim, ele se configura como um recurso valioso, permitindo que a empresa identifique tendências e padrões em suas finanças, facilitando previsões e o gerenciamento de recursos.

Implementar essa prática de maneira contínua e preventiva possibilita que os gestores tomem decisões informadas e estratégicas. O acompanhamento das movimentações financeiras permite detectar possíveis dificuldades com antecedência, favorecendo a aplicação de medidas corretivas antes que essas dificuldades possam impactar as operações da empresa de maneira negativa. Esse controle também auxilia os empresários a identificar períodos de maior e menor disponibilidade de recursos, facilitando o planejamento e a alocação eficiente.

Além disso, essa prática permite aos gestores uma visão estratégica para investir com segurança, reduzir custos e alocar recursos de forma eficiente e alinhada aos objetivos organizacionais. Essa perspectiva abrangente contribui para uma gestão equilibrada, preparada para enfrentar oscilações de mercado e promover um crescimento sustentável. Em resumo, essa ferramenta não é apenas um meio de controle, mas também um elemento estratégico que apoia a sustentabilidade financeira e o desenvolvimento contínuo e sólido da organização.

3.4.3 Transparência das informações financeiras

As informações financeiras representam os dados e movimentações de uma organização referentes às suas finanças, com o propósito de comunicar a situação econômica e os resultados operacionais.

A obrigatoriedade das escriturações contábeis no Brasil teve início com o Código Comercial, pela Lei nº 556 de 25 de junho de 1850. Conforme aponta a Revista FATEC (2014), a legislação estabelecia que, caso algum comerciante se recusasse a apresentar seus livros quando judicialmente solicitado, ele poderia ser compelido a fazê-lo sob pena de prisão. Isso reforça a importância atribuída, desde então, à transparência e à obrigatoriedade das informações contábeis para empresários e sociedades empresariais.

Um dos fatores que contribuem para a dissociação entre finanças pessoais e empresariais é justamente a falta de transparência nas informações financeiras. Nas microempresas, por exemplo, é fundamental que os dados apresentados aos contadores reflitam com precisão as operações ocorridas em um determinado período, para garantir a confiabilidade das informações (REVISTA FATEC, 2014). As transações financeiras impactam diretamente na qualidade das informações contábeis, o que é essencial para subsidiar as decisões e proteger a saúde financeira da empresa, uma vez que relatórios contábeis que não refletem a realidade comprometem essa confiabilidade.

Assim, para assegurar a transparência financeira, é essencial adotar políticas que promovam registros precisos, uma organização eficiente dos documentos e a utilização de ferramentas que automatizem esses processos. Essa abordagem contribui para reduzir a falta de transparência e aumenta a confiança nas tomadas de decisão.

3.4.4 Documentação e registro adequados

Os registros contábeis são documentos nos quais são registradas todas as movimentações financeiras de uma instituição, já que são compostos por atividades operacionais, investimentos e financiamentos, resultando um controle de operações obtidas de forma direta pela movimentação do caixa ou de forma indireta através do lucro ou prejuízo da empresa ao final do exercício (MARION, 2005). Esses registros incluem tanto as transferências de dinheiro

realizadas para os sócios ou proprietários, quanto as despesas operacionais do negócio. Para garantir que essas informações sejam registradas corretamente, é necessário o apoio do departamento contábil, que assegura a precisão dos lançamentos.

Dessa forma, a manutenção de registros contábeis atualizados é essencial para uma gestão financeira eficiente, pois permite a análise detalhada das despesas reais do empreendimento. Com base nesses dados, é possível avaliar a adequação dos gastos e, caso necessário, adotar medidas corretivas. Se os custos estiverem superando o previsto, os relatórios contábeis fornecem os subsídios necessários para identificar esses excessos e tomar ações baseadas em informações precisas.

Portanto, a existência de registros contábeis claros e bem estruturados facilita a tomada de decisões, pois, por meio deles, é possível apurar o lucro efetivo da empresa e, assim, apresentar sua situação financeira real. Esse diagnóstico permite a adoção de estratégias adequadas para o alcance das metas empresariais.

4. METODOLOGIA

O presente trabalho tem como objetivo investigar a dissociação entre as finanças empresariais e pessoais em microempresas, a partir da comparação das percepções de dois grupos centrais: empresários e contadores. A pesquisa será de natureza qualitativa, pois busca compreender, por meio de uma análise detalhada das respostas obtidas, como os participantes percebem a gestão dessas finanças e se existe alguma discordância entre as opiniões dos empresários e dos contadores. A abordagem qualitativa é particularmente adequada para explorar aspectos subjetivos e interpretativos sobre a gestão financeira nas microempresas, além de permitir uma análise mais aprofundada das práticas e dificuldades encontradas.

5. DADOS E RESULTADOS

Foram realizadas entrevistas com empresários e contadores com o objetivo de comparar suas respostas sobre a dissociação de finanças. A análise dessas respostas permite confrontar as diferentes perspectivas de quem toma as decisões empresariais e de quem executa as atividades contábeis, identificando possíveis divergências e pontos de concordância. A seguir, são apresentados os dados coletados e a análise dos resultados obtidos.

Gráfico 1. Pergunta do empresário: Como você percebe a importância de manter as finanças pessoais e empresariais separadas? Quais práticas você utiliza para garantir essa separação?

Manter as finanças separadas é importante para evitar confusão e problemas fiscais. Eu uso contas bancárias diferentes e registro tudo com planilhas ou sistemas de contabilidade.

A separação ajuda a tomar melhores decisões. Eu uso a contabilidade para gerenciar as finanças da empresa e acompanho de perto minhas despesas pessoais.

Não vejo necessidade de separar as finanças. Eu misturo as despesas pessoais com as da empresa e uso a mesma conta.

Acredito que não é necessário separar as finanças. Pago minhas despesas pessoais com o dinheiro da empresa e não me preocupo muito com isso.

Fonte: (Prop. Autores, 2024)

Imagem 1. Pergunta do contador: Na sua experiência, como os empresários lidam com a separação das finanças? Quais as orientações você oferece para melhorar essa prática?

Muitos empresários acabam misturando finanças pessoais com a empresarial, gerando um desfalque financeiro nos negócios, o que fere o princípio da entidade. Oriento para que estipulem uma retirada pró-labore da qual ele consiga sobreviver e deixe de utilizar os recursos da empresa para benefício próprio, não afetando as finanças da empresa.

Fonte: (Prop. Autores, 2024)

Nesta questão, foi abordada a importância da dissociação das finanças pessoais e empresariais. Sob a perspectiva do empresário, a separação das finanças visa evitar confusão e problemas tanto na área fiscal quanto no controle financeiro e no registro adequado das transações. Essa prática busca garantir uma gestão mais organizada e transparente dos recursos.

Por outro lado, do ponto de vista do contador, a falta de dissociação financeira pode resultar em sérios prejuízos para a empresa, configurando um desfalque que compromete não apenas os princípios contábeis, mas também as práticas e normas estabelecidas para a administração empresarial. A ausência dessa separação pode, portanto, levar a irregularidades e riscos financeiros.

Uma das orientações frequentemente dadas pelo contador é a definição do pró-labore, ou seja, o pagamento do salário do empresário. Isso assegura que ele não utilize os recursos da empresa para fins pessoais, resolvendo assim problemas financeiros individuais sem comprometer a saúde financeira do negócio.

Gráfico 2. Pergunta do empresário: Quais são os principais desafios financeiros que sua empresa enfrenta atualmente? Como você busca resolve-los?

O principal desafio é controlar as despesas. Para resolver, busco ter um orçamento detalhado e faço a separação das finanças pessoais e empresariais.

O maior desafio é ter um caixa estável. Para isso, procuro manter um controle rigoroso das entradas e saídas, com contas separadas para a empresa e para o pessoal.

O maior problema é a falta de capital. Quando necessário, uso a conta da empresa para cobrir despesas pessoais.

O principal desafio é administrar as dívidas. Para facilitar, misturo as finanças da empresa com as pessoais e não faço controle detalhado.

Fonte: (Prop. Autores, 2024)

Figura 2. Pergunta do contador: Que tipos de dificuldades financeiras são mais comuns entre os seus clientes? Como você sugere que eles lidem com essas situações?

Na minha opinião as principais dificuldades são: descontrole financeiro, gestão de custos, despreparo na condução do negócio. Tento orientar que tenham um controle financeiro eficiente, entendam dos custos de seus negócios e busquem capacitar-se para administrar seu negócio.

Fonte: (Prop. Autores, 2024)

Nesta questão, foram abordados os desafios financeiros enfrentados pelas empresas. Tanto o contador quanto o empresário reconhecem que o controle e a organização das finanças são fundamentais para o bom desempenho do negócio, sendo, na maioria das vezes, a principal dificuldade enfrentada pelas pessoas jurídicas.

O contador também destacou que fatores como o despreparo e a falta de capacitação por parte do administrador têm um impacto significativo na gestão da empresa. A ausência de planejamento adequado e a falta de compreensão sobre custos e despesas muitas vezes decorrem da ausência de um controle financeiro estruturado desde a fase inicial da empresa, o que compromete sua sustentabilidade a longo prazo.

Gráfico 3. Pergunta do empresário: Com que frequência você monitora o caixa? Que dificuldades você enfrenta para manter um controle eficaz sobre as finanças?

Monitoro o caixa mensalmente, verificando entradas e saídas. Isso me ajuda a manter o controle e tomar decisões financeiras mais precisas.

Não tenho uma frequência fixa para monitorar o caixa. Só faço isso quando surgem problemas financeiros, o que dificulta o controle das finanças da empresa.

Fonte: (Prop. Autores, 2024)

Imagem 3. Pergunta do contador: Em sua opinião, o monitoramento do fluxo de caixa nas empresas que você assessora é feito de maneira adequada? Como você contribui para melhorar o controle?

Acaba não sendo feito 100% de maneira adequada, pois algumas informações essenciais do fluxo de caixa não são registradas, o que no final acaba apresentando informações inverídicas. Oriento a forma técnica correta de se realizar os registros, sempre de maneira completa para se ter informações verídicas que facilitam nas tomadas de decisão, tendo uma percepção se os recursos financeiros atuais são o suficiente para o andamento e crescimento financeiro do estabelecimento.

Fonte: (Prop. Autores, 2024)

Nesta questão, foi discutido o monitoramento do fluxo de caixa. Do ponto de vista do empresário, o acompanhamento frequente do fluxo de caixa é essencial, pois auxilia no controle financeiro e na tomada de decisões mais precisas e fundamentadas.

Porém, do ponto de vista do contador, observa-se que esse monitoramento nem sempre é realizado de maneira adequada. Muitas vezes, o empresário não registra todas as informações necessárias de forma correta, o que resulta em dados imprecisos ou até mesmo falsos. Nesse sentido, a função do contador é orientar o empresário sobre a maneira técnica e correta de realizar os registros, assegurando que o fluxo de caixa seja acompanhado com precisão e que as decisões financeiras sejam baseadas em informações confiáveis.

Gráfico 4. Pergunta do empresário: Qual seu processo de planejamento financeiro? Você sente que o orçamento reflete na realidade da empresa?
Como isso impacta a gestão dos recursos?



Faço um planejamento financeiro mensal, separo as receitas e despesas. O orçamento reflete bem a realidade da empresa e ajuda a controlar os gastos e otimizar os recursos.



Não tenho um planejamento financeiro estruturado. O orçamento é bem flexível e não reflete muito a realidade da empresa, o que dificulta o controle dos recursos.

Fonte: (Prop. Autores, 2024)

Imagem 4. Pergunta do contador: Como você orienta seus clientes no processo de planejamento orçamentário? Você observa que as empresas seguem suas recomendações no dia a dia?

O planejamento orçamentário é fundamental para organização financeira do negócio, pois garante uma visão ampla do cenário econômico da empresa, abre espaço para uma gestão financeira mais eficiente e promove tomadas de decisões embasadas em dados concretos. Penso que muitas vezes os empresários acabam não seguindo de forma muito rigorosa as recomendações sobre o planejamento orçamentário.

Fonte: (Prop. Autores, 2024)

No que se refere ao tema do planejamento financeiro, o gestor apontou o planejamento financeiro mensal como uma prática essencial. Segundo ele, o orçamento mensal deve refletir a realidade do negócio, ajudando no controle e na otimização dos recursos disponíveis.

Dessa forma, a resposta do gestor pode ser considerada adequada, pois, conforme afirmado por um profissional da contabilidade, essa prática proporciona ao gestor uma visão mais abrangente da empresa. O planejamento financeiro mensal é fundamental, pois permite uma tomada de decisões mais assertiva, com base em dados precisos e atualizados. O contador também observa que a falta de rigor na implementação dessa prática é um dos principais problemas enfrentados pelos empresários, representando um grande desafio no contexto empresarial como um todo.

Gráfico 5. Pergunta do empresário: Como você descreve sua relação com o contador? Você considera as orientações dele importantes para a gestão financeira das empresas?

Tenho uma boa relação com o contador e sigo suas orientações para garantir o controle adequado das finanças e cumprir as obrigações fiscais.

Não costumo seguir as orientações do contador de forma regular. Acredito que posso administrar as finanças da empresa sem a ajuda dele, o que às vezes causa problemas.

Fonte: (Prop. Autores, 2024)

Imagem 5. Pergunta do contador: Você sente que suas recomendações são seguidas pelos empresários? Quais são os obstáculos mais comuns para essa colaboração ser efetiva?

Algumas vezes sim, em outra nem tanto. Muitas vezes os empresários não acreditam que os controles contábeis são indispensáveis para o auxílio dos negócios, e acabam não seguindo de forma completa as orientações do contador..

Fonte: (Prop. Autores, 2024)

A relação entre contador e empresário é essencial para o bom funcionamento e o crescimento sustentável de qualquer empresa. Para o empresário, seguir as orientações do contador é fundamental, pois ele reconhece que um controle contábil eficaz é crucial para a manutenção da saúde financeira do negócio, prevenindo erros e dificuldades na gestão dos recursos. Além disso, o contador desempenha um papel estratégico ao fornecer

informações vitais para a tomada de decisões, como investimentos, planejamento tributário e a otimização dos processos financeiros.

Por outro lado, do ponto de vista do contador, muitos empresários ainda não compreendem a importância dos controles contábeis. Em diversas situações, esses empresários subestimam o valor das orientações profissionais, o que pode resultar em práticas financeiras desorganizadas e no não cumprimento das obrigações fiscais. A negligência quanto à adoção de processos contábeis adequados pode comprometer a empresa a longo prazo, gerando riscos financeiros, prejuízos operacionais e até mesmo problemas legais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou identificar os principais problemas enfrentados na gestão das finanças empresariais, com especial atenção à questão da separação entre finanças pessoais e empresariais. A partir das entrevistas realizadas com contadores e empresários, foi possível obter uma visão abrangente das práticas adotadas no dia a dia das micro e pequenas empresas, bem como das dificuldades enfrentadas na aplicação das boas práticas contábeis recomendadas.

Observou-se que, enquanto o contador adota uma abordagem técnica, fundamentada em normas contábeis e estratégias financeiras, o empresário, por sua vez, tende a adotar uma perspectiva prática, influenciada por experiências pessoais e pelos desafios cotidianos. Esse descompasso, muitas vezes, resulta em lacunas na comunicação entre ambas as partes, o que pode comprometer a saúde financeira da empresa. A falta de alinhamento entre as orientações do contador e a execução prática por parte do empresário foi identificada como uma das principais causas dos erros de gestão, especialmente no que se refere à junção indevida das finanças pessoais com as empresariais.

O estudo destacou que a separação rigorosa entre esses dois tipos de finanças não é apenas uma recomendação contábil, mas uma necessidade crucial para garantir a sustentabilidade e o crescimento das empresas. A prática da dissociação evita confusões no fluxo de caixa, facilita a análise precisa dos resultados financeiros e permite um planejamento estratégico mais eficiente. Além disso, a comunicação clara e contínua entre empresário e contador mostrou-se fundamental para o sucesso dessa dissociação.

Como contribuição prática, o trabalho apresentou soluções e orientações para otimizar a gestão financeira, incluindo a implementação de controles internos rigorosos, a criação de planos orçamentários realistas e o fortalecimento da comunicação entre os responsáveis pela contabilidade e a administração da empresa. Essas medidas, quando aplicadas corretamente, contribuem não apenas para a organização das finanças, mas também para a construção de uma base sólida que favorece o crescimento sustentável da empresa.

Em conclusão, a pesquisa reafirma a importância de uma gestão financeira consciente e disciplinada, onde a separação das finanças empresariais e pessoais é um pilar essencial. A aplicação das soluções propostas contribuirá significativamente para a superação dos desafios enfrentados pelas micro e pequenas empresas, promovendo práticas financeiras mais eficazes e uma comunicação mais alinhada entre contador e empresário, resultando, assim, em uma gestão financeira sólida e sustentável.

7. REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. São Paulo: Atlas, 2017. Acesso em: 31 out. 2024.

A SILVA, Valdir Aparecido. **Gestão empreendedora: as dificuldades para se fazer contabilidade para as microempresas e empresas de pequeno porte**. *Revista Fatec Sebrae em Debate - Gestão, Tecnologias e Negócios*, v. 1, n. 01, p. 17-17, 2014. Acesso em: 24 out. 2024.

CAPITAL SOCIAL. **Contas pessoais e contas da empresa.** Disponível em: <https://capitalsocial.cnt.br/contas-pessoais-contas-da-empresa/>. Acesso em: 16 set. 2024.

CONCEIÇÃO, Elaine. **A importância das demonstrações contábeis para a tomada de decisões.** FANAP, Aparecida de Goiânia, 2016. Disponível em: <http://www.fanap.br/Repositorio/323.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2024.

DA SILVA, Júnior Alves et al. **A contabilidade como ferramenta no auxílio da tomada de decisões das microempresas.** Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE, Aracaju, v. 7, n. 2, p. 59-59, 2022. Acesso em: 31 out. 2024.

FINANÇAS, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, 2008-2024. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/finan%C3%A7as>. Acesso em: 14 out. 2024.

FLEWING, Ugo. **Diferença entre a personalidade física e jurídica.** JusBrasil. Disponível em: [https://www.jusbrasil.com.br/artigos/diferenca-entre-a-personalidade-fisica-e-juridica/1529205112#:~:text=A%20pessoa%20f%C3%ADsica%20\(PF\)%2C,finalidade%20registrados%20sob%20um%20CNPJ](https://www.jusbrasil.com.br/artigos/diferenca-entre-a-personalidade-fisica-e-juridica/1529205112#:~:text=A%20pessoa%20f%C3%ADsica%20(PF)%2C,finalidade%20registrados%20sob%20um%20CNPJ). Acesso em: 16 set. 2024.

GITMAN, Lawrence J.; ZUTTER, Chad J. **Princípios de administração financeira: a ciência e a arte da decisão financeira.** São Paulo: Pearson, 2016. Acesso em: 21 nov. 2024.

HCJCPA. ***The importance of separating personal and business finances.*** Disponível em: <https://www.hcjcpa.com/the-importance-of-separating-personal-and-business-finances/#:~:text=By%20separating%20personal%20and%20business%20finances%2C%20small%20business%20owners%20can,risks%20and%20protects%20personal%20assets>. Acesso em: 16 set. 2024.

HUGENTOBLER, Luiz Guilherme; HEIDRICH, Regina. **A importância da dissociação entre as finanças empresariais e as finanças pessoais dos empresários individuais do município de Taquara/RS.** Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/administracao/article/view/1980>. Acesso em: 9 set. 2024.

Importância do fluxo de caixa para a saúde financeira. Disponível em: <https://mittu.com.br/importancia-fluxo-caixa-saude-financeira/>. Acesso em: 31 out. 2024.

Informação Financeira. Disponível em: <https://blbauditoreseconsultores.com.br/blog/informacao-financeira/#:~:text=Informação%20Financeira%20representa%20os%20dados,resultados%20operacionais%20e%20alterações%20relacionadas>. Acesso em: 14 out. 2024.

LOPES, A. C. V.; MENEZES, E. A. **A importância do fluxo de caixa no gerenciamento financeiro das pequenas empresas.** Anais do I EGEPE, p. 223-232, 2000. Acesso em: 8 nov. 2024.

MACÁRIO, Rodolfo Augusto Horácio. **A importância da gestão do fluxo de caixa no controle da inadimplência.** 2009. p. 20-20. Especialização em gestão de negócios financeiros. – UFRGS, Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/24895/000745520.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 out. 2024.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil.** São Paulo: Atlas, 2012. Acesso em: 21 out. 2024.

Registros contábeis: qual a importância para meu escritório de advocacia? Disponível em: <https://audicor.com.br/registros-contabeis-qual-importancia-para-meu-escritorio-de-advocacia/>. Acesso em: 31 nov. 2024.

ROCHA, M. **MICROEMPRESAS NO BRASIL: ANÁLISE DO PERÍODO DE 1984 A 2005.** Revista Eletrônica de Administração, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 420–440, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/39329>. Acesso em: 28 out. 2024.

RODRIGUES, André; GONÇALVES, Maria. **A dissociação de finanças: estudos e práticas.** Disponível em: <https://www.univates.br/bduserver/api/core/bitstreams/df2ba02a-2e37-411d-9fa5-23c9148395fd/content>. Acesso em: 16 set. 2024.

SALOMÃO, Leandro. **Pessoa jurídica e suas responsabilidades.** *JusBrasil*. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/pessoa-juridica-e-suas-responsabilidades/440567940>. Acesso em: 25 out. 2024.

Tipos de empresa. Disponível em: <https://www.promonegocios.net/empresa/tipos-empresa.html#tipos>. Acesso em: 17 out. 2024.

SEBRAE. **Análise de sobrevivência das empresas no Brasil.** Brasília: SEBRAE Nacional, 2015. Disponível em: <https://sebrae.com.br>. Acesso em: 21 nov. 2024.

SEBRAE. **Categorias de formalização de empresas.** Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pr/artigos/categorias-de-formalizacao-de-empresas,4a0dca91c761e610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 17 out. 2024.

SEBRAE. **Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil.** Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/9A2916A2D7D88C4D03256EEE00489AB1/\\$File/NT0002FEEA.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/9A2916A2D7D88C4D03256EEE00489AB1/$File/NT0002FEEA.pdf). Acesso em: 17 out. 2024.

SEBRAE. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil.** Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-dobrasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 9 set. 2024.

VALERA, Renata. **Pessoa jurídica e desconsideração da personalidade jurídica.** *JusBrasil*. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/pessoa-juridica-e-desconsideracao-da-personalidade-juridica/326228510#:~:text=A%20pessoa%20jur%C3%ADdica%20surgiu%20da,determinadas%20atividades%20econ%C3%B4micas%20e%20sociais>. Acesso em: 16 set. 2024.